



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

O SERVIÇO SOCIAL E A LUTAS TRAVADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS: TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA CONJUNTURA NEOLIBERAL

CATALINA IGNACIA ROBLES DOMINGUEZ¹

KATIA HALE SANTOS²

RESUMO:

Explora a relação do Serviço Social com movimentos sociais e seu papel no contexto neoliberal. Discute os conceitos de território e participação social, além dos desafios enfrentados por esses profissionais. Realizou-se uma revisão bibliográfica com autores sobre Serviço Social, suas metamorfoses e discussões sobre território, participação e movimentos sociais.

Palavras Chaves: Serviço Social; Movimentos Sociais; Neoliberalismo.

RESUMEN:

Explora la relación del Servicio Social con los movimientos sociales y su papel en el contexto neoliberal. Analiza los conceptos de territorio y participación social, así como los desafíos que enfrentan estos profesionales. Se realizó una revisión bibliográfica con autores sobre Servicio Social, sus transformaciones y discusiones sobre territorio, participación y movimientos sociales.

Palabras Claves: Servicio Social; Movimientos Sociales; Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

A relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas é profundamente enraizada no desenvolvimento do seu projeto ético-político profissional ao longo da história. Esse processo não apenas marca uma ruptura com o conservadorismo inerente à sua origem, mas também enfatiza a necessidade crucial de compreender o território como um espaço

¹ Universidade Federal da Integração Latinoamericana

² Universidade Federal de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que reflete as desigualdades sociais, especialmente em termos de etnia, raça, gênero e sexualidade. Os movimentos sociais desempenham um papel central, não apenas como agentes de resistência, mas como catalisadores da transformação social.

Este texto aborda o Serviço Social em conexão com a dimensão territorial, a participação social e os movimentos sociais. Na primeira parte, explora como a renovação do Serviço Social está ligada ao surgimento e à evolução dos movimentos sociais, destacando sua luta pelos direitos de cidadania. Em seguida, examina o papel do Serviço Social e dos movimentos sociais em face do neoliberalismo, enfatizando as conquistas significativas dos movimentos negro e feminista. A terceira parte discute o conceito de território, a participação ativa dos movimentos sociais e o papel crucial dos assistentes sociais nesse contexto dinâmico. Por fim, são identificados e discutidos alguns desafios contemporâneos enfrentados pelos assistentes sociais.

A abordagem aqui apresentada, não só contextualiza o Serviço Social dentro das dinâmicas dos movimentos sociais, mas também sublinha sua evolução contínua e seu compromisso com a justiça social e a igualdade.

Quanto à perspectiva metodológica, realizou-se uma revisão bibliográfica, buscando dialogar com autores clássicos e contemporâneos. Compreende-se, ao finalizar a reflexão, que os movimentos sociais atuantes nos diferentes territórios têm travado uma luta contínua e acirrada para fazer valer os seus direitos.

2. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL, EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA PELOS DIREITOS DE CIDADANIA

O contexto sociopolítico brasileiro ao final da década de 1970 e da década de 1980 caracterizou-se pela proliferação de movimentos e organizações sociais que deram visibilidade pública e política às diferentes expressões da questão social, como o novo sindicalismo e os movimentos de lutas por políticas sociais setoriais (Duriguetto, Bazarello, 2015). Ao lado dos movimentos pela reforma urbana e pela instituição de uma política de saúde universal, somaram-se o Movimento Negro, uma vez que faltava uma política governamental a favor da ascensão do homem de cor (Bastide e Florestan, 2008), e o Movimento Feminista e LGBTQIAPN+, lutando contra um sistema que determina o sentido sócio-histórico e político de suas existências: o patriarcado (Cisne e Santos, 2018).

No campo das lutas e dos movimentos sociais em torno de demandas por direitos sociais, a participação da população expressava-se pela ação direta por meio de ocupação de órgãos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

públicos, obstrução de vias e avenidas, abaixo-assinados, protestos que davam visibilidade pública às suas necessidades, formas muito presentes entre a segunda metade dos anos 1970 e o final da década de 1980; nos anos 1990, observa-se a centralidade das reivindicações por direitos no campo da institucionalidade, como se verá a seguir.

Não é por acaso que o Serviço Social faz sua virada histórica ao recusar o conservadorismo original da profissão neste momento, optando pela sua renovação histórico-crítica, passando a se afirmar como uma especialização do trabalho coletivo, expressando necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no enfrentamento da questão social (Iamamoto, Carvalho, 1982). É neste momento histórico de ingresso no cenário político da sociedade que os trabalhadores e os movimentos sociais exigem seu reconhecimento por parte do Estado e do empresariado (Iamamoto, Carvalho, 1982). Ao atender às mais diversas reivindicações, o Estado ampliou os serviços sociais e criou outros, muitos garantidos pela Constituição de 1988. Reconhecendo os direitos sociais inéditos para os brasileiros, a Constituição estabeleceu entre suas diretrizes e princípios para a implementação das políticas sociais a participação deliberativa e fiscalizadora da sociedade, materializadas na organização dos Conselhos e Conferências de direitos e políticas nas três esferas de governo (Machado, Krüger, 2015). Decerto, o avanço democrático promovido por esses colegiados promoveu a socialização da política nesse momento, embora não tenha resultado na socialização do poder de decisão político (Netto, 1990).

3. PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO, E CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS NEGRO E FEMINISTA

A partir da entrada dos anos 1990, a adoção da política de ajustes neoliberais impactou regressivamente o processo de mobilização e organização sindical e popular, bem como a possibilidade de políticas públicas universais. Segundo Fontes (2010), com a ofensiva neoliberal, além da continuidade das expropriações clássicas, surgiram novas modalidades de expropriações secundárias que afetaram toda a classe trabalhadora, incluindo a expropriação dos direitos sociais e trabalhistas, do conhecimento técnico e científico, das condições de vida e da biodiversidade. Recuperando Marx, na "chamada acumulação primitiva", o capital separou os trabalhadores dos meios de produção; na contemporaneidade, são expropriadas até as mínimas garantias de direitos políticos, sociais e trabalhistas (Fontes, 2010).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No Serviço Social, o Projeto Ético-Político, centrado no trabalho e na questão social, inspirado no método marxista e voltado para a emancipação humana, confronta diretamente as diretrizes socioeconômicas do neoliberalismo. Conforme Netto (2006, p. 16) na dimensão política, o projeto profissional:

se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Desta forma, o projeto afirma uma sintonia com as demandas, necessidades e projetos societários provenientes das lutas das classes subalternas. (Duriguetto; Bazarello, 2015). Os ajustes fiscais, as contrarreformas e a precarização estrutural do trabalho como receituário neoliberal afetam a todos, penetrando nas instituições estatais e moldando as políticas sociais e os serviços sociais, que são o local privilegiado de atuação das assistentes sociais. A reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo mundializado, conforme Yasbek (2019), criou um terreno fértil para o avanço neoliberal, erodindo as bases do sistema de proteção social ao adotar o receituário neoliberal do Banco Mundial, que responsabiliza os indivíduos por sua condição pessoal e promove o empreendedorismo em detrimento de políticas sociais universais ancoradas no direito de cidadania.

Essa dinâmica resultou na redução da esfera da proteção social, que passou a se concentrar no atendimento de situações extremas com alto grau de seletividade e focalização. A descentralização político-administrativa, uma construção de inspiração neoliberal voltada para reduzir a intervenção do Estado no campo social e os gastos públicos, implementou estratégias como a seletividade, focalização e a terceirização.

A partir desse ideário neoliberal há a mercantilização dos direitos sociais, passa-se a responsabilizar o sujeito pela proteção social, além de ser ter a criminalização da classe trabalhadora pela situação a qual é exposta como a pobreza, o desemprego dentre outras expressões da questão social. O neoliberalismo estimula ainda como dito anteriormente o individualismo, onde cada cidadão deve buscar meios para atender suas necessidades básicas, além de recorrer ao chamado terceiro setor para executar políticas sociais. (SILVA et al 2019, p. 26).

Essas transformações repercutem profundamente na profissão, afetando tanto os usuários dos serviços quanto o mercado de trabalho para os assistentes sociais, que enfrentam desemprego, insegurança no emprego com contratações precárias, subcontratações, trabalho

autônomo e temporário, além da redução ou ausência de direitos, intensificação do trabalho, baixos salários e controle sobre seu trabalho, o que compromete sua autonomia relativa (Raicheles, 2021).

No início do século XXI, o novo desenvolvimentismo dos governos petistas, apesar da continuidade das diretrizes neoliberais que beneficiaram principalmente os mais ricos, resultou em impactos significativos nas vidas dos mais pobres e miseráveis do país, implementando programas sociais a exemplo do programa Bolsa Família, as políticas de ação afirmativa, a expansão do ensino superior e as linhas de crédito (Paula, 2016).

A participação no poder por negros e mulheres durante os governos petistas, apoiada pelos movimentos sociais, possibilitou a implementação de políticas sociais específicas para esses grupos, como a institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Estatuto da Igualdade Racial, as cotas nas universidades públicas, a PEC das domésticas e outras ações afirmativas. Destaca-se a ocupação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial por Matilde Ribeiro e, atualmente, a gestão do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania pelo professor Silvio de Almeida, além da demarcação e titulação das terras quilombolas. Quanto às políticas públicas voltadas para as mulheres, nos governos petistas sancionou a Lei Maria da Penha; criou a Casa da Mulher Brasileira; o cadastro das políticas públicas passa a ser em nome das mulheres; criação da Secretaria de Política para as mulheres; Lei do Feminicídio e Disque 180, para denúncia de violência.

As políticas sociais ampliadas nos governos petistas incluíram, ainda, a política de assistência social, a política de reforma urbana com planos de regularização fundiária e o programa Minha Casa, Minha Vida, além da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, com ênfase na transversalidade, descentralização e gestão democrática. Essas políticas reconhecem o território como base concreta onde as políticas sociais são desenvolvidas.

Diante desse contexto, torna-se claro que o Serviço Social e os movimentos sociais desempenham papéis cruciais na resistência e na transformação frente aos impactos do neoliberalismo. Enquanto o neoliberalismo impõe ajustes que fragilizam direitos e aumentam a desigualdade, o Projeto Ético-Político do Serviço Social mantém seu compromisso com a emancipação humana e a defesa dos direitos das classes subalternas. Os movimentos sociais, por sua vez, não apenas pressionam por políticas específicas e inclusivas, como também contribuem para a implementação de medidas concretas que promovem a igualdade racial, de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gênero e social. Nesse cenário, a atuação dos assistentes sociais se torna ainda mais crucial na defesa dos direitos sociais e na construção de uma sociedade mais justa e democrática, mesmo diante dos desafios impostos pelo atual contexto político e econômico.

4. TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

Para Koga (2013), o território é o espaço onde se compreendem as condições socioeconômicas cotidianas das populações, articulando elementos estruturais com as manifestações particulares e singulares dos lugares. Ele expressa tanto a produção quanto a reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, além de ser o cenário das emoções humanas, que através da ação comunicativa, manifestam variadas formas de espontaneidade e criatividade (Santos, 2002).

Exemplarmente, durante a pandemia, testemunhamos movimentos sociais se mobilizando em comunidades periféricas para enfrentar a insegurança alimentar e a violência estatal, como no caso da Maré:

Uma das características mais marcantes da Maré é a participação social, a partir da auto-organização de moradores e a constituição de um conjunto de organizações da sociedade civil que marcam as comunidades com histórico de reivindicações, lutas e conquistas. Com o início da pandemia e a imediata situação de agravamento da pobreza diante da invisibilidade dessa realidade ante ao poder público, a situação agravou-se. Com base nas informações coletadas pelo Censo, a Redes da Maré deu início, ainda no mês de março de 2020, à construção de uma campanha que consistia em: i) identificar e acessar as famílias em situação de insegurança alimentar; ii) realizar atividades de prevenção à COVID-19 que passaram pela distribuição de gêneros alimentícios além de álcool e máscaras; iii) criação de contrainformação, através de comunicação diversa, para combater as chamadas fake news que se proliferavam no espaço da favela; e iv) buscar parcerias para viabilizar as ações. As ações iniciais só foram possíveis dado o grau de inserção da instituição na Maré, assentado no respeito da população e no conhecimento da realidade local (Farage, Barros, 2022, p. 142).

No campo, o Movimento Sem Terra destaca-se não apenas a luta pela reforma agrária, mas também na promoção da formação política dos assentados e na organização da produção de alimentos. Por outro lado, a violência impetrada pelo Estado nas comunidades periféricas aumentou nos últimos anos, destacadamente no governo Bolsonaro. Desde o auge da "Guerra Contra as Drogas", as Mães de Maio têm se mobilizado, exigindo justiça e reparação pelas mortes de seus filhos, irmãos, sobrinhos, pais e vizinhos nas mãos da polícia. Esta realidade expõe o racismo subjacente no genocídio dos pobres, negros e moradores de comunidades, uma prática

que remonta aos tempos do escravismo e perdura até os dias atuais sob a lógica da Guerra Contra as Drogas (Ferrugem, 2019).

O território urbano, mais precisamente os grandes centros, foram tomados por um contingente de famílias que perderam emprego e renda. Dessa forma, enfrentando dificuldades econômicas e sociais, se viram forçadas a viver nas ruas em decorrência das dificuldades em manter os altos aluguéis e em consequência de uma política habitacional acessível. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), nesse contexto, não apenas busca o reconhecimento de direitos fundamentais para os sem-teto, mas também trabalha ativamente para conscientizar a sociedade sobre os desafios enfrentados por essa parcela da população marginalizada, frequentemente invisibilizada não apenas pela sociedade, mas também pelo Estado e suas instituições.

Quanto se trata do território, no entanto, conforme alerta Siqueira (2013), é crucial manter a centralidade dos interesses antagônicos das classes sociais e a categoria de exploração ao associar o território à dinâmica capitalista, sem diluir as identidades de classe. O espaço territorial, como nas áreas demarcadas para comunidades indígenas e quilombolas, é um campo de disputa pelo capital, evidenciado especialmente durante o governo Bolsonaro, destacando a luta de classes.

O assistente social, ao atuar junto aos movimentos sociais e nos territórios onde se implementam políticas sociais, deve integrar coerentemente discurso e prática cotidiana. Isso requer a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, considerando o sujeito coletivo em sua totalidade. É fundamental captar as diversas expressões das desigualdades sociais na vida dos indivíduos e fortalecer suas formas de resistência, revelando formas de organização e mobilização ainda latentes ou ocultas (Durigueto, 2015).

É nesta realidade que o Serviço Social se insere e recebe demandas, que são mediadas pela direção social ultraconservadora em serviços administrados por organizações não-governamentais religiosas, que se proliferaram durante o governo Bolsonaro, além dos serviços privatizados que visam o lucro. Na contramão da realidade, cabe ao assistente social, na defesa da democracia e do direito à participação nos processos democráticos, tanto dos usuários, da equipe com qual trabalho, quanto da classe trabalhadora em geral, da qual ele parte, publicizar novos valores, valores necessários a ruptura com a sociedade capitalista, lutando pela defesa da emancipação do sujeito coletivo e disputando a hegemonia do projeto ético-político. (Paula, 2020).

5. DESAFIOS AOS ASSISTENTES SOCIAIS

Considerando a dimensão pedagógica da profissão, o assistente social deve confrontar a lógica neoliberal que fragmenta a realidade, hierarquiza as relações e perpetua a subalternização e o apassivamento. Nesse contexto, é crucial compreender a concepção de sujeito presente nas diretrizes curriculares da profissão: um sujeito histórico e coletivo, marcado por particularidades como etnia, raça, gênero, sexualidade e cultura, incluindo povos tradicionais e indígenas, que devem expressar suas próprias necessidades para evitar a perpetuação de uma lógica colonialista, neoliberal, moralista, fragmentada e hierarquizada.

Ao mergulhar nas necessidades e resistências cotidianas, abre-se espaço para criar estratégias coletivas de enfrentamento e intervenção junto às organizações e lutas dos trabalhadores em associações comunitárias, sindicatos, movimentos de moradia, reforma urbana, mulheres, entre outros.

Nos últimos anos, o país tem enfrentado um clima reacionário que coloca a classe trabalhadora na defensiva. No entanto, as resistências populares se manifestaram vigorosamente nesse período. A histórica criminalização dos movimentos sociais persiste, rotulando ações de grupos como os sem-terra e sem-teto, compostos majoritariamente por negros e pobres, como criminosas (Duriguetto, 2017). Montaño e Duriguetto (2011) destacam uma onda de protestos e lutas sociais que ecoaram pelo Brasil e América Latina, ativando as lutas de classes e sociais em meio às atuais condições de dominação e exploração.

Diante desses desafios, os assistentes sociais enfrentam uma série de questões para seguir as orientações do projeto ético-político, cujo horizonte visa superar a ordem do capital. Reconhecendo que tal superação não é incumbência exclusiva da profissão, mas sim da classe trabalhadora como um todo (Marx, 1996), é imperativo manter viva no cotidiano de trabalho as diretrizes ético-políticas, alinhando-as claramente com a direção social e seu estreito vínculo com a classe trabalhadora.

Evitar cair na armadilha do mercado e da especulação imobiliária, não fragmentar as questões urbana e rural, reconhecendo a unidade da classe trabalhadora e seus direitos integrais, é essencial. Enfrentar a limpeza étnica nas cidades e no campo, promovida pelas remoções para atender interesses do mercado e do agronegócio, é crucial. Romper definitivamente com práticas higienistas, resistir à subordinação do trabalho social aos interesses econômicos, e contribuir para a formação política dos sujeitos sociais nos movimentos sociais são metas importantes (Iasi, 2001).

O desafio dos assistentes sociais é, através de sua contribuição técnica na formulação e implementação de políticas públicas que promovam os direitos da classe trabalhadora, também engajar-se na ação pedagógica e nas lutas em suas variadas formas. Não se pode ignorar que as conquistas focadas na igualdade étnico-racial implementadas pelo Estado brasileiro resultam das lutas do Movimento Negro, destacando a importância contínua da luta antirracista e pela igualdade na sociedade de classes.

No exercício profissional, é necessário ter claro o objetivo do Serviço Social, seu papel na política de assistência, previdência social entre, conhecendo as particularidades do território onde está inserido. Paula (2020) aponta para a necessidade de analisar a conjuntura, os movimentos econômicos, políticos e sociais, que refletem nas políticas sociais nas quais os assistentes sociais estão inseridos. Elaborar o plano de trabalho, que deve compor as normas de regulação instituída e ir além, definindo objetivos profissionais e suas frentes de atuação, estabelecendo parâmetros importantes da relação profissional no espaço sócio-ocupacional. Decerto, trata-se do planejamento constituído a partir da racionalidade histórico-crítica, pressupondo uma capacidade teleológica de projetar o vir a ser, de acordo com as finalidades pré-estabelecidas. Realizar análise institucional, identificando aliados e construindo frente de trabalho coletivas que visem alterações nas correlações de força (Faleiros, 1985). A aproximação com a população é uma das condições para permitir impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender às efetivas necessidades dos segmentos subalternos, caso contrário, o assistente social poderá dispor de um discurso de comprometimento ético-político em defesa da democracia, sobreposto a uma relação de estranhamento. Para tanto, Paula (2020), a tática na operacionalização do exercício profissional requer uma técnica articulada ao instrumento, articulando as relações de saber e poder da e com a população usuária dos serviços (Faleiros, 1985), ultrapassando a visão pragmática e imediatista, lembrando que o potencial de trabalho não está no instrumento, mas na intencionalidade, na finalidade, instrumento não é fim, é meio!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, explorou-se a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, destacando como ambos são fundamentais na luta por justiça e transformação social. Desde sua renovação histórica nos anos 1980 até os desafios contemporâneos impostos pelo neoliberalismo, o Serviço Social tem se posicionado como um agente crítico e comprometido com a emancipação humana. Os movimentos sociais, por sua vez, têm sido não apenas resistência,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mas também fonte de inspiração de propostas inovadoras e inclusivas para enfrentar as desigualdades estruturais.

Neste sentido, é crucial reconhecer a centralidade dos territórios como espaços onde as lutas sociais se materializam e se consolidam. Os assistentes sociais desempenham um papel estratégico, atuando diretamente nas realidades urbanas e rurais onde as políticas sociais são implementadas. Este trabalho não se limita apenas à assistência direta, mas engloba uma dimensão pedagógica e política que fortalece a organização comunitária e a capacidade de resistência dos movimentos sociais e populares.

Contudo, os desafios ainda são muitos e significativos. A persistência do neoliberalismo impõe uma constante ameaça aos direitos sociais e trabalhistas, ampliando as desigualdades, fragmentando as solidariedades coletivas e naturalizando as individualidades. A criminalização dos movimentos sociais, particularmente dos que lutam por moradia, terra e direitos étnico-raciais, é um reflexo dessa conjuntura. Em resposta, os assistentes sociais no exercício profissional devem manter-se firmes no compromisso ético-político de enfrentar as injustiças estruturais, criando novas formas de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social que atingem as classes subalternas.

Por fim, é imperativo que o Serviço Social continue a se reinventar como categoria profissional, dialogando de maneira crítica com os desafios contemporâneos impostos pelos novos cenários políticos e econômicos. Isso implica não apenas em adaptar as práticas profissionais às demandas emergentes, mas também em fortalecer alianças com outros setores e categorias profissionais progressistas da sociedade civil. Somente assim será possível avançar na consolidação do projeto ético-político profissional, construindo um futuro em que a justiça social e a dignidade humana se tornem realidades tangíveis para todos e todas.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo**. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª ed. Editora Global. São Paulo. 2008.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DURIGUETO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017. Disponível em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/fXqcvKgWpFmZZmpYFChSzBw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DURIGUETO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9414/7522>. Acesso em: abr. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985

FARAGE, Eblin; BARROS, Camila. **Território e pandemia: aprofundamento da desigualdade e resistências no conjunto de favelas da Maré (RJ)**. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 129–156, 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21921>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/Marilda. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. Marília: Lutas Anticapital, 2001.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30–42, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17972>. Acesso em: 12 jun. 2024.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 12. jun. 2024..

MACHADO, Cristiane Ferrari Canez; KRÜGER, Tânia Regina. O Assistente Social representante do gestor no Conselho de Assistência Social. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 150–163, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13328>. Acesso em: 12 jun. 2024

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELES, Raquel; ARREGUIA, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR>. Acesso em: 12 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira; SILVA, Nicole Cristina Oliveira. Estratégias e Táticas na formação profissional do assistente social: subsídios para reflexão. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 188-204, jan./jun. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24041>. Acesso em: 12 jun. 2024.

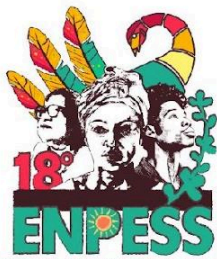
PAULA, Renato Francisco dos Santos . **Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Cristiane Aparecida de Souza *et al.* A construção da política de assistência social brasileira: uma reflexão necessária. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**, v. 06, n. 2, p. 16, jul./dez. 2019. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210618113949.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

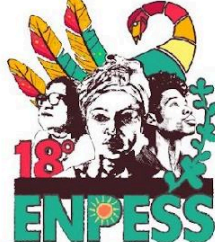
YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In. YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO< Marilda Villela. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Editora Cortez, 2019.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**